



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1259/2025**

**Unidade Administrativa de Origem (demandante):** SEMAGRI (Secretaria Municipal de Agricultura);

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços mediante disponibilização de horas-máquina, veículos pesados e equipamentos, incluindo operadores, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, combustível, transporte e demais insumos necessários, com o objetivo de atender às demandas eventuais da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especificações técnicas e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

**1. DAS DEFINIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, da Lei n. 14.133/2021)**

**1.1.** Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Horas Máquinas, Veículos e Equipamentos, com o objetivo de atender eventuais demandas da Secretaria Municipal de Agricultura.

**1.2.** A vigência da futura Ata de Registro de Preço terá validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovado o preço vantajoso conforme Art. 84 da Lei n. 14.133/2021.

**1.3.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme Parágrafo único do Art. 84 da Lei n. 14.133/2021.

**1.4.** A presente aquisição será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de **Pregão Eletrônico**, usado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme consta no art. 29 da Lei n. 14.133/2021.



1.5. Os serviços a serem adquiridos são considerados comuns, pois têm especificações usuais, caracterizando-se por padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos e entendidos pelo mercado.

1.6. Este serviço não se enquadra na categoria de serviços continuados, vez que serão prestados conforme a demanda da Prefeitura do Município de Urupá.

1.7. Os objetos deste **TERMO DE REFERÊNCIA** estão distribuídos, conforme planilha abaixo:

LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS									
ITEM	UND	DESCRIÇÃO	QTDE TOTAL		QTDE MINIMA HORA	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM
			EQUIP.	QTDE HORAS	QTDE MÁXIMA HORA				
01	Hrs	<b>Caminhão traçado 6x4</b> com caçamba basculante. Capacidade de 14 m <sup>3</sup> (metros cúbicos) ou superior. Incluso as despesas com operadores, encargos sociais, manutenção preventiva e corretiva, mecânica e reparos em geral, transporte para os locais designados pela administração tudo com ônus para a contratada. <b>O equipamento deverá ter tempo máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 04 quatro caminhões).</b>	04	4.000	<b>Mínima</b>	1.000	1.000	500	250
					<b>Máxima</b>	1.000	1.000	1.000	1.000



02	Hrs	<b>Caminhão tanque.</b> Capacidade de 18.000 litros. Incluso as despesas com operadores, encargos sociais, manutenção preventiva e corretiva, mecânica e reparos em geral, transporte para os locais designados pela administração tudo com ônus para a contratada. <b>O equipamento deverá ter tempo máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 03 caminhões).</b>	03	5.000	Mínima	-	-	2.000	2.000
					Máxima	-	-	2.500	2.500
03	Hrs	<b>Cavalo mecânico com semirreboque.</b> Capacidade de 30.000 kg, equipado com rampa hidráulica, motorista capacitado, atendendo determinação dos órgãos de fiscalização de trânsito, para ser usados dentro dos limites do estado de Rondônia. Incluso as despesas com operadores, encargos sociais, manutenção preventiva e corretiva, mecânica e reparos em geral, transporte para os locais designados pela administração tudo com ônus para a contratada. <b>Os equipamentos deverão ter tempo</b>	01	1.000	Mínima	-	-	-	-
					Máxima	-	-	500	500



		máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 01 caminhão).							
04	Hrs	<b>Motoniveladora e peso operacional.</b> Mínimo de 11.360 kg, potência mínima 120 hp equipado com escarificador, largura mínima 3,12m e comprimento mínimo 8,20m. Incluso as despesas com operadores, encargos sociais, manutenção preventiva e corretiva, mecânica e reparos em geral, transporte para os locais designados pela administração tudo com ônus para a contratada. O equipamento deverá ter tempo máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 03 motoniveladoras).	03	5.000	<b>Mínima</b>	1.000	1.000	1.000	-
					<b>Máxima</b>	1.000	2.000	2.000	1.000
05	Hrs	<b>Retroescavadeira com pá carregadeira.</b> Sobre pneus com tração 4x4, motor a diesel de 4 cilindros com no mínimo 74hp,	02	4.000	<b>Mínima</b>	1.000	1.000	1.000	500

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÁ

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

## Setor de Planejamento de Compras e Contratações

	direção hidrostática, chassi monobloco, transmissão de 4 velocidades a frente e quatro a ré sincronizadas, compartimento do operador equipado com toldo roscado/foldable, peso de operação no mínimo 6.380 kg, sistema elétrico 12 volts, iluminação com 02 faróis dianteiros e traseiros, tanque de combustível no mínimo 80 litros, arco de giro de 180 graus, rotação caçamba 148 graus, caçamba volume mínimo de 0,76 m³ (metros cúbicos), retro escavação 12 a 36 polegadas, bloqueio diferencial traseiro. Incluso as despesas com operadores, encargos sociais, manutenção preventiva e corretiva, mecânica e reparos em geral, transporte para os locais designados pela administração tudo com ônus para a contratada.			Máxima	1.000	1.000	1.000	1.000
O equipamento deverá ter tempo máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 02 equipamentos).								



06	Hrs	<b>Rolo compactador pé de carneiro.</b> Vibratório auto propelido de 11,6 toneladas - 82 kw, incluso as despesas com operadores, encargos sociais, manutenção preventiva e corretiva, mecânica e reparos em geral, transporte para os locais designados pela administração tudo com ônus para a contratada. <b>O equipamento deverá ter tempo máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 01 equipamento).</b>		<b>2.000</b>	<b>Mínima</b>	500	500	250	250
					<b>Máxima</b>	500	500	500	500
07	Hrs	<b>Locação de escavadeira hidráulica</b> sobre esteiras, com potência mínima 160 kw, em bom estado de conservação. Ficará sob responsabilidade da contratada reposição de peças, materiais ou acessórios necessários para manutenção (preventiva e corretiva), lubrificantes, graxas, filtros, operador e abastecimento, conservação, segurança e deslocamento/transporte até o local indicado. A quantidade de equipamentos a serem	<b>02</b>	<b>2.000</b>	<b>Mínima</b>	250	500	250	200
					<b>Máxima</b>	500	500	500	500



	disponibilizados para cada órgão participante, fica de acordo com as necessidades deste, sendo informado com antecedência na ordem de serviços. O equipamento deverá ter tempo máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 02 equipamentos).							
--	---	--	--	--	--	--	--	--

**1.8.** É exigida a quantidade mínima de cada maquinário/equipamentos a ser contratado para que a realização dos serviços seja efetivada no tempo programado pela administração.

**QUADRO – CAPACIDADE OPERACIONAL × HORAS ESTIMADAS**

Item	Equipamento	Qtde mínima de equipamentos	Horas estimadas (ano)	Capacidade de diária (h/dia)	Capacidade mensal (h/mês)	Capacidade anual teórica (h/ano ou h/semestral)	Grau de utilização
1	Caçamba basculante.	4	4.000	40	1200	14.400	28%
2	Caminhão tanque.	3	5.000	30	900	5.400	93%
3	Cavalo mecânico c/ semirreboque.	1	1.000	10	220	2.640	38%
4	Motoniveladora.	3	5.000	30	900	10.800	46%
5	Retroescavadeira.	2	4.000	20	440	5.280	76%
6	Rolo compactador.	1	2.000	10	300	3.600	56%
7	Escavadeira hidráulica.	2	2.000	20	600	7.200	28%

**1.9.** Para os itens **1, 2, 4, 6 e 7**, a utilização das horas-máquina poderá ocorrer de segunda a domingo, inclusive em finais de semana e feriados, sempre que houver necessidade pela área demandante.

**1.10. DA JUSTIFICATIVA DA LIMITAÇÃO DE IDADE DOS EQUIPAMENTOS**



**1.10.1.** Conforme orientações do **Despacho do Prefeito:** Processo n. 1259/2025/SEMAGRI (23/03/2026) (ID 276229) e **Documento de Oficialização de Demanda (DOD):** SEMAGRI (24/03/2026) (ID 276801), tem como justificativa o limite de idade para os equipamentos:

- a) **Da Fundamentação Legal e Planejamento:** a definição de requisitos técnicos mínimos, especificamente a limitação de idade dos veículos e maquinários, integra o dever de planejamento das contratações públicas conforme a Lei n. 14.133/2021. A Administração busca, com essa medida, zelar pela adequada caracterização do objeto e pela seleção da proposta mais vantajosa, respeitando os princípios da eficiência e da economicidade.
- b) **Da Natureza dos Serviços e Necessidade Técnica:** a exigência de que os caminhões e máquinas possuam idade máxima de **10 (dez) anos de fabricação** fundamenta-se na natureza crítica dos serviços de recuperação de estradas vicinais.
- c) **Carga e Desempenho:** tais atividades exigem operação contínua, elevada carga mecânica e desempenho confiável em terrenos irregulares.
- d) **Confiabilidade Mecânica:** equipamentos com tempo de uso superior a este período apresentam maior desgaste estrutural e mecânico, elevando a incidência de falhas e a necessidade de manutenção corretiva.
- e) **Produtividade:** maquinários com até 10 anos de fabricação garantem maior eficiência por hora trabalhada e menor probabilidade de paralisações, assegurando o cumprimento dos cronogramas de execução.
- f) **Da Segurança e Sustentabilidade:**
  - **Segurança Operacional:** reduz a exposição a falhas em sistemas essenciais (freios, suspensão e motor) que possam colocar em risco operadores, terceiros e o patrimônio público;





- **Padrões Ambientais:** veículos mais novos possuem tecnologias que garantem menor consumo de combustível e melhor atendimento às normas de emissão de poluentes.
- g) **Da Vantajosidade Econômica e Gestão de Riscos:** sob o aspecto econômico, a fixação deste limite estabelece um critério objetivo que facilita a análise das propostas e o acompanhamento contratual:
- **Custo-Benefício:** Práticas de engenharia e gestão de frotas indicam que, após o período de 8 a 12 anos, ocorre a inversão do custo-benefício, onde o custo de manutenção torna-se desproporcional à produtividade gerada.
  - **Exequibilidade:** a medida evita propostas baseadas em ativos já depreciados que, embora aparentemente menor custo inicial, tendem a elevar o custo real da contratação devido à indisponibilidade e atrasos.
- h) **Da Proporcionalidade:** a exigência revela-se proporcional e necessária para mitigar riscos operacionais, não possuindo caráter meramente restritivo, uma vez que admite equipamentos usados, desde que dentro do limite estabelecido e em adequado estado de conservação.

**1.10.2.** Ressalta-se que o critério adotado não possui caráter meramente restritivo, pois admite a utilização de equipamentos usados, desde que respeitem o limite estabelecido e apresentem adequado estado de conservação. Tal exigência revela-se proporcional e necessária para mitigar riscos operacionais, reduzir o custo real da contratação (evitando manutenções excessivas) e assegurar a efetividade da recuperação das vias rurais do município. Dessa forma, esta fundamentação consolida as diretrizes estabelecidas no **Despacho do Prefeito (Processo n. 1259/2025/SEMAGRI)** e as necessidades técnicas detalhadas no **Documento de Oficialização de Demanda - DOD (SEMAGRI)**, garantindo a segurança jurídica e operacional do certame.



#### 1.11. JUSTIFICATIVA TÉCNICA: EXIGÊNCIA DE CAMINHÃO BASCULANTE TRAÇADO (6x4)

**1.11.2. DA NECESSIDADE TÉCNICA E DO CONTEXTO OPERACIONAL:** a execução dos serviços previstos ocorrerá predominantemente em zona rural, caracterizada por vias não pavimentadas, com trechos de solo instável (barreiros) e relevo severamente acidentado (aclives e declives acentuados). O transporte de carga densa (como terra, cascalho ou agregados) nessas condições geográficas exige um equipamento com capacidade de tração, estabilidade e robustez superiores às dos modelos convencionais, tornando a contratação de um **caminhão basculante traçado 6x4 tecnicamente indispensável**.

**1.11.3. DA ADEQUAÇÃO DA CONFIGURAÇÃO 6x4 (TRAÇADO):** diferente dos modelos 4x2 ou 6x2, o caminhão 6x4 possui tração integral nos dois eixos traseiros (totalizando 4 rodas motrizes). Esta especificação técnica justifica-se pelos seguintes fatores mecânicos e dinâmicos:

- **Superioridade de Tração e Aderência:** a força do motor é dividida entre os dois eixos traseiros, garantindo o torque necessário para iniciar o movimento e transpor terrenos escorregadios e lodosos com carga máxima. Isso evita a patinação das rodas e o atolamento do veículo em rampas íngremes;
- **Distribuição de Peso:** os dois eixos traseiros permitem uma melhor distribuição da carga sobre o solo. Essa característica evita o afundamento do veículo em trechos de solo mole e preserva a vida útil dos pneus e do sistema de suspensão;
- **Robustez do Chassi:** o equipamento possui estrutura dimensionada para suportar a capacidade de carga exigida (14 m<sup>3</sup>) sem deformação do chassi, resistindo ao alto estresse de torção causado pelos desníveis severos da zona rural.

**1.11.4. DA SEGURANÇA E EFICIÊNCIA OPERACIONAL:** sob a ótica do interesse público e da economicidade contratual, a configuração 6x4 garante ganhos operacionais substanciais:



- **Estabilidade no Basculamento e Direcional:** a configuração de três eixos oferece uma base mais larga e estável. Isso é essencial para a segurança durante a operação de descarga (basculamento) em terrenos que não estejam perfeitamente nivelados, além de reduzir o risco de tombamento lateral ou perda de controle durante o trajeto.
- **Garantia de Execução e Redução de Custos:** a utilização de veículos sem tração dupla em zonas rurais úmidas frequentemente demanda o auxílio de máquinas (tratores) para reboque, o que encarece a operação e gera atrasos. O sistema de transmissão do 6x4 reduz quebras mecânicas e paralisações não planejadas.
- **Otimização Logística:** a capacidade de suportar e transportar grandes volumes e pesos de forma estável reduz o número total de viagens necessárias, diminuindo expressivamente o custo por quilômetro rodado da administração.

**1.11.5.** Diante do exposto, a exigência de **caminhão traçado 6x4** justifica-se pela incompatibilidade técnica de veículos simples com a geografia do local de operação. Trata-se da única configuração capaz de assegurar a continuidade ininterrupta do serviço (independentemente das condições climáticas), a proteção do patrimônio público e a integridade física dos operadores, garantindo a eficácia e a eficiência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

**2.1.** O município de Urupá/RO possui aproximadamente 471 km de estradas vicinais, as quais todos os anos necessitam que seja realizado os serviços de patrolamento e em alguns pontos de cascalhamento. O a contratação proporcionará a Secretaria Municipal de Agricultura, a manutenção e melhoria dessas estradas, bem como, em outros serviços que forem necessários utilizando os serviços contratados.

**2.2.** Essa contratação visa proporcionar melhor qualidade de tráfego à população urupaense e a Prefeitura do Município de Urupá, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, tem por objetivo, priorizar o atendimento das famílias que residem na zona rural e trafegam



frequentemente pelas estradas vicinais, vez que os munícipes da área rural têm como economia, a pecuária de corte e leite, bem como a produção agrícola e utilizam dessas estradas para o transporte do leite, transporte da pecuária, transporte das produções rurais, bem como transporte escolar, passeios familiares, compras no comércio, tratamento de saúde na área urbana.

**2.3.** Neste sentido é necessário fazer a conservação das vias rurais, por meio do patrolamento e cascalhamento, bem como a recuperação de pontes e bueiros. As estradas vicinais do município são de grande importância para que o fluxo de pessoas, o recebimento de insumos e para que o escoamento da produção aconteça de forma satisfatória, com diversas criações e cultivos, sendo o principal a pecuária e agricultura familiar conforme dito acima. Há espaços que precisam de manutenção corretiva, no decorrer no ano, visto que ocorrem diversos rompimentos do leito carroçável devido às fortes chuvas que ocorrem. Diante do exposto, há iminente necessidade de contratação de serviços de máquinas e caminhões, para viabilização das atividades de terraplanagem do Município.

**2.4.** É pública e notória a necessidade de contratação de empresa especializada em locação de veículos máquinas pesadas, considerando que as máquinas pesadas, são extremamente necessárias para a manutenção e atendimento das necessidades do município, pois as máquinas pesadas serão destinadas a manutenção, recuperação e abertura de estradas rurais e vias urbanas, sempre com intuito de proporcionarmos uma melhor qualidade de vida a população deste município, e ainda a possibilidade de incentivo aos produtores, bem como a segurança no trânsito e acesso dessas vias.

**2.5.** As quantidades requisitadas baseiam-se nos recursos de convênios destinados ao Município de Urupá para a recuperação de estradas rurais. Em anos anteriores, as obras eram realizadas apenas com recursos próprios e do FITHA. Em 2025, entretanto, os convênios destinados à recuperação de estradas ultrapassam quatro milhões de reais. Para fins comparativos, o município contratava poucas horas de caminhão caçamba em exercícios anteriores, enquanto, em 2025, a previsão de contratação de caminhões basculantes supera quatro mil horas.

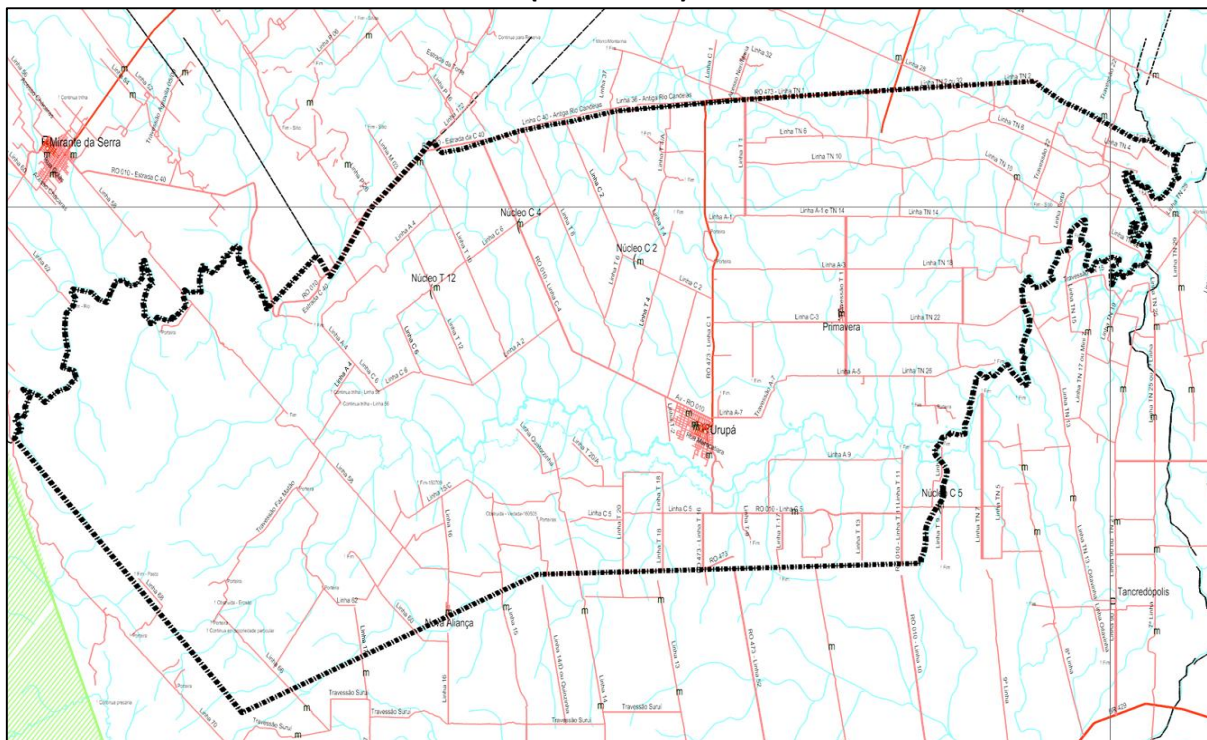


**2.6.** Para o exercício de 2026, estima-se que os recursos destinados à recuperação das estradas vicinais sejam ainda superiores aos de 2025. Essa previsão visa reduzir a necessidade de “carona” em contratos de outros municípios como ocorreu em 2025, quando Urupá utilizou 1.500 horas de caminhão basculante do Município de Mirante da Serra e 2.000 horas do Município de Porto Velho.



**2.6.4. MAPA RURAL DO MUNICÍPIO DE URUPÁ.**

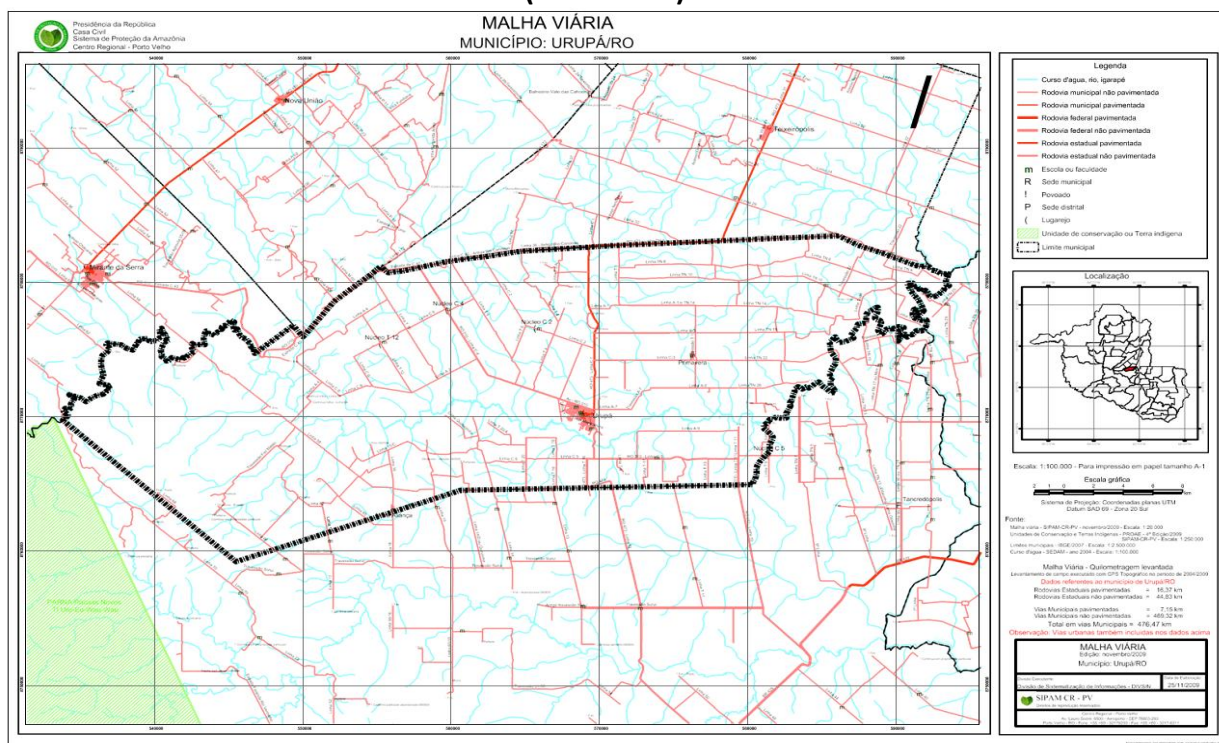
**(FIGURA 01)**







(FIGURA 02)



2.7. Em suma, a contratação de serviços de máquinas e caminhões é uma necessidade pública e iminente para o município de Urupá/RO, sendo crucial para a conservação e melhoria dos 471 km de estradas vicinais, garantindo o **escoamento da produção agropecuária** e a segurança do transporte rural. A presente contratação visa suprir a demanda de manutenção (patrolamento, cascalhamento, pontes e bueiros). Essa expansão e a urgência do serviço são justificadas pelo **aumento significativo dos recursos** provenientes de convênios para 2025 e 2026, sendo a contratação fundamental para a continuidade das atividades de infraestrutura e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada no tópico VIII do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

**4.1.** Os requisitos para contratação de empresa especializada devem seguir os pressupostos pela contratada de comprovar capacidade técnica e operacional, demonstrada através de atestados de capacidade técnica profissional (operado/motorista) e operacional de acordo com similaridade em características e quantidades ao objeto licitado e, documentação de enquadramento de empresa do ramo de prestação de serviços de máquinas com disponibilidade de **(04) Caçamba Basculante, (03) Caminhão Tanque, (01) Cavallo Mecânico Com Semirreboque, (03) Motoniveladora, (02) Retroescavadeira Com Pá Carregadeira, (01) Rolo Compactador Pé De Carneiro e (02) Escavadeira hidráulica.**

**4.2.** Para a prestação do serviço será exigido que o prestador dos serviços se apresente devidamente identificado, uniformizado e usando todos os equipamentos de proteção individual, bem como cumprindo os requisitos da legislação vigente.

**4.3.** Os serviços deverão ser executados pela contratada, ficando sob sua responsabilidade todas as despesas decorrentes, tais como fretes, seguros, mão de obra, combustíveis, lubrificantes, operadores e demais custos necessários.

**4.4.** As horas trabalhadas deverão ser contadas a partir do início dos serviços, ficando por conta da contratada o transporte das máquinas até os locais indicados pela Secretaria Municipal de Agricultura.

**4.5.** Os itens descritos neste documento serão contratados conforme a demanda das secretarias solicitantes, sem garantia de quantidades mínimas. A contratada terá exclusividade na prestação dos serviços durante a vigência contratual. Cumpre destacar que a Administração não se responsabiliza por eventuais prejuízos financeiros decorrentes da variação ou ausência de demanda.

**4.6.** Os equipamentos deverão estar em plenas condições de funcionamento e trabalho, podendo ser recusado o início dos serviços em casos em que o mesmo apresente





anormalidades, avaliadas pela contratante, bem como paralisado os serviços a qualquer momento quando constatado.

**4.7.** A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnico-operacional em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, fornecimento igual ou semelhante a este que está sendo licitado.

**4.8.** Os serviços deverão estar em acordo com a Legislação vigente, com as Normas de Segurança do trabalho e Prevenção de acidentes e dentro dos Padrões de qualidade e Normas Técnicas previstos pela ABNT.

**4.9.** Executar os serviços conforme requisitado pelo município, arcando com as despesas de: cedência dos equipamentos; combustível; manutenção e operador, além das despesas referentes à alimentação e hospedagem do operador.

**4.10.** Disponibilizar operador do maquinário, com habilitação vigente e de acordo com o equipamento a ser operado.

**4.11.** A marcação no horímetro se dará quando do **EFETIVO** início e término do **SERVIÇO PRESTADO**, comprovado mediante ordem de serviço emitida pelo município e planilha específica, na qual deverá conter data, local, as horas trabalhadas, ter assinatura do motorista do veículo e do responsável pelo acompanhamento do serviço (funcionário/servidor do Município), bem como o registro fotográfico do horímetro, ao início e término da efetiva prestação do serviço.

**4.12.** Depois de realizados os serviços, os fiscais do contrato emitirão as respectivas medições, devidamente assinadas, para fins de liquidação da despesa, devidamente estabelecido no contrato, relacionado com os serviços descritos.



**4.13.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

**4.14.** Ao serem solicitadas, as empresas contratadas colocarão à disposição da Prefeitura do Município de Urupá, os maquinários, equipamentos e veículos, com os respectivos motoristas, operadores, quando então serão realizados os serviços especificados em guia de solicitação, emitido pelo setor competente, discriminando os serviços a serem realizados, os trechos, percursos, e horas a serem utilizadas.

**4.15.** A contratação será condicionada ao cronograma de execução de cada serviço, podendo haver a necessidade e disponibilidade do maquinário no horário integral e considerada a disponibilidade de no mínimo 10 horas diárias, onde somente poderá ser contabilizado para fins de recebimento apenas as horas efetivamente trabalhadas.

**4.16.** Em caso de quebra do maquinário, a empresa deverá substituí-lo sem prejuízo da execução/produzividade da tarefa dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

**4.17.** À comissão nomeada caberá solicitar a substituição de qualquer máquina ou equipamento que apresente baixa produtividade, devendo a contratada providenciar a troca no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

**4.18.** As máquinas deverão apresentar pleno funcionamento do hodômetro, medidor de combustível e horímetro. A fiscalização poderá realizar testes por cronometragem. Constatada divergência superior a 2%, as horas do dia serão validadas por relatório do fiscal, devendo a Contratada substituir o equipamento ou corrigir o instrumento em até 24 horas, sob pena de suspensão das medições subsequentes até a regularização.

**4.19.** Caso a empresa não cumpra as condições e prazos estabelecidos para o cumprimento do objeto contratual, o registro de preço relativo à contratada será revogado mediante ato fundamentado, oportunidade que será convocada à empresa subsequentemente classificada, a partir da segunda colocada, para nas mesmas condições estabelecidas no ato convocatório



possa lhe ser adjudicado objeto da pretensa contratação, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no Edital, bem como da apuração inidoneidade da empresa licitante.

**4.20.** A empresa locadora terá o prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contados da emissão da **Ordem de Apresentação**, para disponibilizar os maquinários e apresentar os documentos comprobatórios de posse ou propriedade de todas as máquinas e equipamentos requisitados. A vistoria será realizada pela **Comissão Técnica formada**, nas dependências da empresa, ocasião em que será elaborado relatório circunstanciado registrando as condições operacionais do objeto contratual. Após a apresentação dos equipamentos, a Comissão Técnica terá o prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** para realizar a avaliação e emitir seu parecer sobre a conformidade dos itens apresentados.

**5. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

**5.1.** O prazo de execução do serviço é de acordo com a quantidade demandada contados da emissão da Guia de Solicitação que será expedida pela SEMAGRI.

**5.2.** O serviço deverá ser executado nos locais designados pela SEMAGRI.

**5.3.** Os serviços serão realizados, em conformidade com as determinações expedidas pela **CONTRATANTE**.

**5.4.** Os serviços serão rejeitados, sempre que estiverem em desacordo com as condições estipuladas no instrumento convocatório e contratos.

**5.5.** A licitante vencedora garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas.

**5.6.** Os serviços deveram ser fornecidos mediante Nota Fiscal Eletrônica, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Municipais, Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS),



Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. A Nota Fiscal Eletrônica e as Certidões deverão estar dentro dos seus respectivos prazos de validade.

**6. GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIAÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021. Cada parte responderá pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial de suas obrigações (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**6.2.** O pagamento será calculado a partir do início efetivo da prestação do serviço no local designado pela Contratante, não sendo computado o tempo de deslocamento. A medição será realizada com base nas horas efetivamente trabalhadas, registradas em planilha diária preenchida pelo **apontador/fiscal da Prefeitura**, na presença do encarregado da contratada, para aferição das horas.

**6.2.1.** O registro das horas somente ocorrerá mediante acompanhamento presencial do apontador/fiscal designado pela Administração. Na ausência excepcional e devidamente motivada desse agente, as horas apenas poderão ser reconhecidas se houver justificativa formal e escrita apresentada pelo próprio fiscal, fundamentada em circunstâncias imprevistas ou força maior.

**6.2.2.** A contratada poderá manter encarregado próprio para acompanhar a execução e aferir as horas trabalhadas, porém somente serão consideradas para pagamento aquelas constantes da planilha diária devidamente preenchida e autenticada pelo apontador/fiscal da Prefeitura.



**6.2.3.** Para fins de acompanhamento, controle e atesto dos serviços, a Administração designará Comissão de Fiscalização composta por no mínimo 3 servidores, sendo pelo menos 1 servidor efetivo, com conhecimento técnico compatível. Compete à Comissão:

- a) Realizar o controle diário da execução dos serviços e conferir as horas/máquina registradas pelo apontador/fiscal;
- b) Verificar o uso adequado dos equipamentos locados;
- c) Analisar e validar os formulários diários padrão preenchidos pelo apontador/fiscal;
- d) Assinar os documentos de medição e emitir o atesto dos serviços.

**6.3.** As horas trabalhadas somente serão reconhecidas para pagamento quando houver registro em formulário diário padrão, assinatura do apontador/fiscal, conferência da Comissão de Fiscalização e compatibilidade com as leituras do horímetro. Registros unilaterais da contratada não produzirão efeitos para fins de pagamento.

**6.5.** O pagamento será calculado exclusivamente com base nas horas efetivamente trabalhadas e comprovadas mediante:

- a) Formulário diário padrão devidamente preenchido pelo apontador/fiscal e validado pela Comissão;
- b) Leituras do horímetro;
- c) Atesto da Comissão de Fiscalização.

**6.6.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



**6.7.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**6.8.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**6.8.1.** Para gestão do contrato a(s) secretaria(s) demandante(s) nomeará devidamente o fiscal e gestor no Documento de Formalização de Demanda.

**6.8.2.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**6.8.3.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**6.9.** O **CONTRATADO** será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o serviço que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**6.10.** O **CONTRATADO** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE** (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**6.11.** Somente o **CONTRATADO** será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).



**6.11.1.** A inadimplência do **CONTRATADO** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**6.12.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**6.13. FORMA, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

**6.13.1.** O pagamento será feito por meio de ordem bancária em conta a ser indicada pela CONTRATADA cuja ordem bancária dará quitação ao pagamento, e nos termos da lei, será debitado do valor devido a Prefeitura Municipal de Urupá, referente ao valor da nota fiscal, os valores relativos aos tributos e IR.

**6.13.2.** O pagamento em favor do CONTRATADO será efetuado até 30 (trinta) dias, após o recebimento do objeto deste, mediante a apresentação da respectiva **nota fiscal** devidamente atestada pelo setor competente.

**6.13.3.** Em atendimento ao que dispõe a **IN RFB n. 1234/2012 e 2145/2023**, será feita a retenção na fonte do **Imposto de Renda (IR)**, incidente sobre os pagamentos que forem efetuados a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, no qual podemos pontuar que:

- a) Caso a CONTRATADA seja isenta apresentar comprovação da isenção/imunidade;



b) Caso seja optante pelo Simples, deverá apresentar declaração de opção conforme Anexo IV da IN acima mencionada;

c) Caso não seja destacado no documento fiscal o valor do IRRF, haverá retenção pelo valor total da Nota Fiscal.

**6.13.4.** Em atendimento aos artigos **n. 116 e 117 da IN n. 2110/2022** deverá ser acrescido os documentos que comprovem o **pagamento do INSS** ou deverá ser acrescido na nota fiscal o valor a ser retido para pagamento. Caso a CONTRATADA seja isenta apresentação comprovação da isenção/imunidade.

**6.13.5.** Para fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débitos relativas ao FGTS, à previdência, ao trabalho, situação fiscal tributária federal, certidão negativa de tributos estaduais e municipais, certidão consolidada do TCU mantendo-se as mesmas condições de habilitação do certame, sendo que as mesmas deverão sempre apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais.

**6.13.6.** Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

**6.13.7.** Se houver atraso após o prazo previsto, as notas fiscais serão pagas acrescidas de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, aplicados *pro rata die* da data do vencimento até o efetivo pagamento, desde que solicitado pela Empresa.

**6.13.8.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.





**6.13.9.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou a compensação financeira.

**6.14.10.** A Secretaria demandante reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

**6.15.11.** O CNPJ contido na nota fiscal/fatura emitida pela CONTRATADA deverá ser o mesmo que estiver registrado no contrato celebrado ou instrumento equivalente, independentemente da favorecida ser matriz, filial, sucursal ou agência.

**6.16.12.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação

**6.17.13.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do órgão contratante;
- d) O valor a pagar; e
- e) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021).**



**7.1.** O fornecedor será selecionado por meio de processo licitatório, na modalidade **PREGÃO** na sua forma **ELETRÔNICA**, conforme o artigo Art. 6º, XLI, da lei 14.133/2021, com adoção do CRITÉRIO DE JULGAMENTO pelo **MENOR PREÇO por item**, e modo de disputa ABERTO, utilizando o sistema AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS.

## **7.2. DA NÃO APLICAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE E COTAS PARA ME/EPP**

**7.2.1.** Muito embora por imposição da Lei Complementar nº 123/2006, por força do art. 48, I e III, o qual prevê que a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente para a participação das ME/EPP/MEI nos itens com valores até R\$ 80.000,00 e, ainda em itens com valores superiores a estes aplicar a divisão de cotas de até 25% para a contratação das ME/EPP/MEI, existem casos em que tal aplicação não se torna viável e nem tão pouco vantajoso para a administração pública.

**7.2.2.** A aplicação de cota reservada para ME/EPP não se revela vantajosa nem adequada ao objeto, uma vez que a locação de máquinas pesadas com operador caracteriza serviço de natureza indivisível e dependente de estrutura operacional robusta, incluindo disponibilidade de frota mínima, logística própria e atendimento contínuo. A eventual divisão em cotas reduziria a economia de escala, pressionaria o custo unitário e ampliaria o risco de desatendimento. Ademais, o valor estimado da contratação é significativamente elevado para a realidade empresarial das ME/EPP atuantes no segmento, o que restringe a competitividade e afasta a efetividade da reserva.

**7.2.3.** A opção pela não aplicação da reserva de cota de 25% para microempresas e empresas de pequeno porte fundamenta-se no princípio da eficiência administrativa e na necessidade de garantir a integridade logística das operações da SEMAGRI. A manutenção de estradas rurais e o suporte ao setor produtivo em Urupá exigem uma coordenação centralizada e uma resposta imediata das frentes de serviço. A fragmentação do objeto entre múltiplas contratadas para um mesmo item de serviço criaria obstáculos severos à gestão da frota, dificultando a padronização operacional, o controle de jornada simultâneo e a mobilização



coordenada de equipamentos que devem atuar em conjunto, o que geraria um ônus excessivo de fiscalização e risco de descontinuidade por falha na sincronia entre as detentoras das cotas.

**7.2.4.** Ademais, a natureza técnica dos serviços de horas-máquina demanda equipamentos de alto desempenho com idade máxima de 10 anos, conforme estabelecido para assegurar a economicidade e evitar paralisações constantes. A concentração da demanda em lotes integrais permite que a administração exija uma estrutura de suporte técnico e máquinas reserva que empresas de menor porte, operando em cotas reduzidas, dificilmente poderiam sustentar sem comprometer o cronograma público. Portanto, a aglutinação do objeto visa evitar o prejuízo ao conjunto do serviço e assegurar que a execução ocorra sob uma única responsabilidade técnica e administrativa, otimizando o uso dos recursos públicos e garantindo que o atendimento ao interesse social não seja prejudicado pela complexidade de gerir múltiplos contratos para uma mesma finalidade operacional.

**7.2.5.** Para melhor respaldar nossa escolha invocamos o previsto no art. 49, III da referida Lei Complementar, vejamos:

**Art. 49.** Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

[...]

**III** - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

**7.3.** Portanto, com vistas à ampliação da concorrência e à observância do princípio da eficiência, indica-se que a licitação seja realizada na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, com participação aberta, aplicando-se, ainda, os tratamentos diferenciado e simplificado previstos na Lei nº 123/2006.



**7.4.** Dessa forma, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar nº 123, de 2006, será assegurada preferência de contratação às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas.

**8. VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i', da Lei nº 14.133/2021).**

**8.1.** A estimativa do valor da contratação é **de R\$ 8.263.030,00 (oito milhões duzentos e sessenta e três mil e trinta reais)**, conforme a prévia anexada no Processo Administrativo n. 1259/2025.

**8.2.** Os preços unitários referenciais estão descritos na média de preço anexada aos atos do Processo Administrativo supracitado.

**8.3.** A média de preço foi calculada com base nos valores obtidos em pesquisas realizadas em atas de registro de preços, contratos, em contratações similares e junto a empresas do ramo.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**9.2.** Contratar pessoas para conduzir os maquinários, equipamentos e veículos, que sejam de comprovada idoneidade moral e capacidade profissional;

**9.3.** Garantir o abastecimento de todos os equipamentos no período em que estiver contratado;

**9.4.** Exigir dos condutores que esses se apresentem nos locais de trabalho vestidos adequadamente, de preferência uniformizados e portando crachá, no qual deverá constar identificação da firma contratada, foto e função do condutor;



- 9.5.** Acompanhar a execução dos serviços, comprometendo-se a substituir todos os maquinários e equipamentos que demonstrarem sem condições de desempenho de produtividade, considerados prejudiciais pela Comissão;
- 9.6.** As máquinas, equipamentos e veículos, deverão estar em perfeitas condições de locomoção e obediência às Leis de Trânsito em vigor;
- 9.7.** Cumprir fielmente todas as condições estipuladas no contrato, de forma que os serviços estabelecidos sejam permanentemente executados e mantidos com esmero e perfeição, sob a sua inteira responsabilidade;
- 9.8.** Arcar com as obrigações trabalhistas, horas extras e previdenciárias dos empregados, fiscais e comerciais da empresa;
- 9.9.** Responsabilizar-se por acidentes, indenizações a terceiros, seguros de vida, assistência médica e quaisquer outros, em decorrência da negligência, imprudência, descuido, irresponsabilidade etc. dos empregados, na sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade por parte da Prefeitura Municipal;
- 9.10.** Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e /ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, em decorrência do objeto do presente termo contra a Secretaria Municipal de Agricultura;
- 9.11.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos que porventura sejam causados por seus empregados, a qualquer título, às instalações, patrimônio e pessoal da unidade, procedendo imediatamente o respectivo reembolso, em cada caso;
- 9.12.** O encarregado credenciado pela empresa fica a responsabilidade da anotação em relatório diário da execução dos serviços, bem como a obtenção do atestado de cumprimento do dia trabalhado, emitido pelo Coordenador indicado pela Secretaria;
- 9.13.** Dar garantias pelo cumprimento dos horários pelos empregados;



**9.14.** A CONTRATADA será responsável pela segurança no trabalho de seus funcionários, afastar ou substituir, qualquer funcionário de seu quadro, que por solicitação da CONTRATANTE devidamente justificado por escrito, não deva continuar a participar da prestação dos serviços;

**9.15.** Arcar com as despesas de seguros multa em trânsito, impostos, taxas, registros, licenciamentos da empresa;

**9.16.** Não empregar em hipótese algum prestador de serviço com idade inferior a 18 (dezoito) anos para a realização do serviço;

**9.17.** Limitar-se exclusivamente aos prestadores de serviços os serviços constantes do objeto;

**9.18.** Responsabilizar-se pela qualidade do serviço prestado, assegurando a Prefeitura Municipal por meio da Secretaria de Agricultura o direito de fiscalizar e sustar ou recusar o serviço em desacordo com as cláusulas contratuais;

**9.19.** Responsabilizar-se pela contratação dos condutores das máquinas, equipamentos e veículos, os quais deverão comprovar que se encontram devidamente habilitados, bem como pela manutenção do maquinário, inclusive o que diz respeito à eventual troca do óleo lubrificante;

**9.20.** O abastecimento de combustíveis, lubrificantes, graxas, trocas de pneus e outro que se fizerem necessários, serão por conta da CONTRATADA;

**9.21.** As máquinas, equipamentos e veículos serão requisitados de acordo com as necessidades da contratante, ficando a locadora CONTRATADA obrigada a atender à solicitação no prazo máximo de 24 (Vinte e quatro horas);

**9.22.** Em caso de emergência ou calamidade pública fica a contratada condicionada a apresentar de imediato o maquinário requisitado com prévia comunicação da secretaria, através da ordem de serviço;



**9.23.** É de inteira responsabilidade da contratada a remoção dos equipamentos ao final do contrato;

**9.24.** No Ato de apresentação dos maquinários e equipamentos para vistoria técnica, a comissão avaliadora nomeada pela administração municipal, avaliará:

- a) Condições do objeto ofertado;
- b) Vínculo de propriedade ou posse;
- c) A locação ficará comprometida das máquinas e equipamentos, cujo tempo máximo de uso, conforme descrito na planilha do **item 1.7**;
- d) Equipamentos obrigatórios em legislação vigente;
- e) Documentação dos motoristas (CNH compatível com categoria);
- f) A contratação ficará condicionada ao atendimento dos subitens acima.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1.** Apresentar a contratada previamente o calendário de trabalho coordenado e fiscalizado pela comissão nomeada pela Secretaria;

**10.2.** Garantir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais do bom desempenho do serviço, objeto desta contratação;

**10.3.** Solicitar a substituição de qualquer profissional, bem como rescindir o contrato de prestação de serviço por inadimplência no cumprimento do contrato;

**10.4.** Fazer vistoria técnica dos maquinários/equipamentos e veículos através de uma comissão de análise e recebimento de bens alocados;



**10.5.** Nomear comissão de fiscalização, a qual terá poderes para acompanhar a execução dos serviços, podendo receber, atestar, rejeitar, orientar a CONTRATADA, tudo para a melhor prestação dos serviços;

**10.6.** Todos os Veículos, Maquinas e Equipamentos que forem contratados pelo período superior a 30 (trinta) dias, deverão obrigatoriamente ser celebrado o Contrato de prestação de serviços.

**10.7.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de comissão ou servidor especialmente designado;

**10.8.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, mediante nota fiscal;

**10.9.** Proporcionar as condições indispensáveis à boa execução do objeto;

**10.10.** Aplicar as penalidades cabíveis, previstas no Termo de Referência, em edital e na legislação vigente.

## **11. DA FISCALIZAÇÃO**

**11.1.** A supervisão da execução contratual é de responsabilidade da respectiva Secretaria solicitante do maquinário, observando-se que isso ocorrerá em função da programação de atividades e necessidades da contratante.

**11.2.** A Fiscalização de que o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (ar. 120 da lei nº 14.133/21).





**11.3.** A execução do contrato deverá ser exercida pelo Secretaria Municipal de Agricultura e o acompanhamento e a fiscalização serão exercidos pelo fiscal e o gestor do contrato, sendo: Fiscal do Contrato o Sr. **Sebastião Luiz de Oliveira Filho**, e o Gestor do Contrato o **Erik Rafael Piovesan**.

**11.3.1.** O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**11.3.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

## **12. DO REEQUILÍBRIO DE PREÇOS**

**12.1.** A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão ou supressão ou acréscimo **quantitativo ou qualitativo**, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei Federal n. **14.133 de 1º de abril de 2021**.

**12.2.** Conforme o art. 82, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, o edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais e deverá dispor sobre as condições para eventual alteração dos preços registrados, estabelecendo-se que o reequilíbrio econômico-financeiro somente será analisado mediante solicitação formal da contratada, devidamente instruída com demonstração analítica da variação dos custos, por meio da apresentação da planilha de custos e de formação de preços.

**12.3.** Fica assegurado à **CONTRATADA** o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro de seus preços, nos termos da legislação vigente, desde que apresente solicitação formal devidamente instruída com documentação idônea e demonstração técnica capaz de comprovar o



desequilíbrio perante a Administração, especialmente quando decorrente de majoração de tributos ou de alteração da base de cálculo que venha a incidir sobre os objetos contratados.

**Para fins de análise do pedido:**

- a) O requerimento será submetido à tramitação administrativa regular, compreendendo análise técnica, pesquisa de mercado, manifestação jurídica e autorização da autoridade competente, observado prazo razoável e compatível com a complexidade da apuração, sem caracterizar reconhecimento automático do direito ao reequilíbrio;
- b) A aplicabilidade do percentual (%) de desconto oferecido na proposta final da licitação sobre a média de preços atualizada pelo Setor de Compras.

**12.4.** Durante o período de protocolo e concretização do reequilíbrio de preços, a empresa é obrigada a manter o valor e a continuidade na prestação dos serviços e/ou fornecimento dos produtos previamente empenhados. Qualquer interrupção não autorizada oficialmente pela administração sujeitará a empresa às penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

### **13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133/2021, art. 155, o licitante ou contratado que:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

#### **14. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA**



**Secretaria Municipal de Agricultura**

- **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica;
- **Desdobramento:** 12.00 - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

**15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 48 do Decreto Municipal n. 156/2022).**

**15.1.** Observados o contraditório de ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de Autarquia ou Fundação.

Urupá, 31 de março de 2026.

*Elaborador:*

**Ismael Josué Hottes**

Cotista - Portaria n. 003/2024 – Urupá/RO.

**Aprovado** após conferência e assinado eletronicamente:

**Erik Rafael Piovesan**

Diretor Administrativo e Financeiro da SEMAGRI

**Sebastião Luiz de Oliveira Filho**

Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Agricultura



Assinado por: Ismael Josué Hottes 31/03/2026 09:36:22  
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

---



Assinado por: Erik Rafael Piovesan 31/03/2026 10:18:09  
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

---



Assinado por: SEBASTIÃO LUIZ DE OLIVEIRA 31/03/2026 11:37:50  
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

---